

Fundo documental Enilda Ribeiro no Arquivo Histórico do IAB-RS: processos de institucionalização

Fondo Documental Enilda Ribeiro en el Archivo Histórico del IAB-RS: procesos de institucionalización

Sessão Temática: ST06. Patrimônio e Memória

CASAROTTO, Camila; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

camila.casarotto@gmail.com

CANEZ, Anna Paula; Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

annapaulacanez@yahoo.com.br

Resumo

Enilda Ribeiro (1923-2010) foi a primeira mulher a presidir o Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS). Arquiteta e urbanista, teve atuação destacada na militância pela política profissional, no ensino e no exercício profissional da arquitetura e do urbanismo. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo o fundo documental Enilda Ribeiro, que pertence ao Arquivo Histórico do IAB-RS e pode ser entendido como um patrimônio cultural, por reunir documentos relevantes sobre a trajetória da arquiteta, do IAB e da arquitetura estadual e nacional. Ao apresentar os processos de institucionalização do fundo documental, relacionamos os conceitos de patrimonialização e musealização a esse caso, à luz da interdisciplinaridade entre arquivologia, museologia e patrimônio, com o objetivo de contribuir para as discussões sobre a preservação de acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Palavras-chave: Enilda Ribeiro, patrimonialização, musealização.

Abstract

Enilda Ribeiro (1923-2010) was the first woman to preside over the Rio Grande do Sul Department of the Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS). Architect and urban planner, she

had an outstanding role in militancy for professional politics, in teaching and in the professional practice of architecture and urbanism. In this article, we take as an object of study the Enilda Ribeiro archival fond, which belongs to the Historical Archive of the IAB-RS and can be understood as a cultural heritage, as it brings together relevant documents on the trajectory of the architect, the IAB and state and national architecture. When presenting the processes of institutionalization of the documentary fund, we relate the concepts of patrimonialization and musealization to this case, in the light of the interdisciplinarity between archival science, museology and heritage, with the objective of contributing to the discussions on the preservation of architecture and urbanism collections in Brazil.

Keywords: Enilda Ribeiro, patrimonialization, musealization.

1. Introdução

A preservação de acervos de arquitetura e urbanismo é assunto proeminente entre profissionais de arquitetura, urbanismo, arquivologia, museologia, patrimônio e outras áreas afins. Nos anos de 2020 e 2021, diversos debates foram motivados em torno de duas notícias relacionadas a esse assunto. Primeiramente, em 2020, noticiou-se que Paulo Mendes da Rocha, arquiteto brasileiro de projeção internacional, havia doado todo o seu acervo à Casa da Arquitectura, sediada na cidade de Matosinhos, em Portugal¹. O acervo compreende cerca de 8.800 itens, entre desenhos analógicos e físicos, fotografias e slides, publicações e maquetes produzidas pelo arquiteto. No ano seguinte, foi noticiado que mais um acervo relevante para o Brasil — o espólio do arquiteto e urbanista Lucio Costa — foi entregue à mesma instituição, em doação negociada e efetivada pela sua família². O acervo reúne cerca de onze mil documentos, entre correspondências, artigos de jornais, revistas, fotografias, álbuns de família, postais, mapas, plantas, desenhos e outros documentos relacionados à carreira de Lucio Costa.

As notícias motivaram manifestações contrárias e favoráveis ao envio dos acervos a outro país, em vez da sua manutenção e preservação no Brasil. Diversos arquitetos, críticos, acadêmicos, pesquisadores e intelectuais se manifestaram: para alguns, a liberdade de escolha dos arquitetos ou de sua família sobre a destinação dos acervos seria soberana; para outros, seria importante considerar a relevância cultural e coletiva da preservação desses acervos em território brasileiro, tendo em vista a sua disponibilidade especialmente para o

¹ ARCHDAILY BRASIL. **Paulo Mendes da Rocha doa seu acervo completo à Casa da Arquitectura em Portugal**. ArchDaily Brasil, 13 set. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/947430/paulo-mendes-da-rocha-doa-seu-acervo-completo-a-casa-da-arquitectura-em-portugal>. Acesso em 31 maio. 2022.

² ARCHDAILY BRASIL. **Acervo de Lucio Costa é doado à Casa da Arquitectura em Portugal**. ArchDaily Brasil, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/970467/acervo-de-lucio-costa-e-doado-a-casa-da-arquitectura-em-portugal>. Acesso em 31 maio. 2022.

ensino, a pesquisa e a formação de arquitetos e urbanistas. O debate mobilizou diversos temas:

Entre os argumentos utilizados na celeuma, discutiu-se a capacidade das instituições públicas nacionais de preservarem bens dessa natureza; a competência de instituições privadas ou estrangeiras no setor; a conversão dos desenhos e acervos de arquitetos em capital simbólico e político no mercado internacional; o desmonte das políticas culturais no país em curso; o maior ou menor comprometimento dos arquitetos com o adensamento cultural, científico e profissional do campo; a importância da pesquisa em história da arquitetura entre nós; e a relevância acadêmica e patrimonial de fontes primárias ou de suas cópias digitais. (LIRA *et al.*, 2021, p. 3)

Uma das manifestações mais contundentes foi realizada pelo Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), que divulgou amplamente uma “Carta aberta: por uma Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo”³, que defendia a construção de uma política em rede, entre instituições públicas e privadas, de incentivo e valorização em relação aos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Discussões anteriores já traziam à luz a importância da preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Em 2011, o 9º Seminário DOCOMOMO Brasil⁴, realizado em Brasília e organizado pelo núcleo brasileiro do Comitê Internacional de Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (DOCOMOMO Brasil), trouxe à discussão reflexões e desafios. Sob a temática “Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente”, contou com diversas contribuições sobre experiências de preservação de acervos documentais, a partir de um incremento nas pesquisas sobre patrimônio realizadas no país, no âmbito de diferentes disciplinas, como história, ciência da informação e direito, que se coadunam na cultura preservacionista.

2. O trabalho de preservação dos acervos do IAB-RS

É nesse contexto de discussão sobre a importância da preservação de acervos de arquitetura que se insere o Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro (AHDR), pertencente ao Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS). Fruto de uma preocupação do instituto com a preservação da sua memória institucional, ressaltada pela ocasião dos 70 anos do IAB-RS em 2018 (PASSOS; ORTÁCIO, [2019?]), o AHDR começou a ser organizado no âmbito do Projeto de Extensão intitulado “Centro de Memória

³ ARCHDAILY BRASIL. **Por uma rede de acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil**. ArchDaily Brasil, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/947906/por-uma-rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo-no-brasil>. Acesso em 31 maio. 2022.

⁴ DOCOMOMO BRASIL. **9º Seminário Docomomo Brasil – Brasília (2011)**. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/course/9-seminario-docomomo-brasil-brasilia/>. Acesso em 12 jun. 2022.

da Arquitetura e do Urbanismo do RS – IAB-RS”, coordenado pela Profa. Dra. Jeniffer Cuty. Ainda em 2018, a Direção do IAB-RS procurou o curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), a fim de estabelecer uma parceria para a organização e sistematização dos seus acervos, que incluíam itens arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Assim sendo, por meio de uma proposta interdisciplinar entre discentes e docentes das três áreas da ciência da informação (arquivologia, biblioteconomia e museologia), o projeto contemplou a gestão técnica dos acervos, baseada em metodologias de cada área, bem como a identificação de documentos de valor histórico, científico e cultural, a digitalização e disponibilização em plataforma de amplo acesso, a musealização de objetos e a catalogação e classificação do acervo bibliográfico. O trabalho realizado ao longo do período do Projeto de Extensão foi descrito nos artigos “A extensão universitária na preservação de acervos de arquitetura e urbanismo: a experiência de criação e organização do Centro de Memória do IAB-RS” (CUTY *et al.*, 2021) e “A gestão dos acervos do Centro de Memória do IAB-RS durante a pandemia de Covid-19” (MARTINS *et al.*, 2021).

Em 2019, a equipe extensionista desenvolveu um trabalho inicial de reconhecimento dos acervos (Figura 1), além da realização de seminários. Naquele ano, foi constituída a Comissão de Acervos do IAB-RS, instância que passou a atuar em conjunto com a equipe do Projeto de Extensão na definição de políticas de gestão dos acervos e na tomada de decisões sobre aquisição e descarte de itens.

Figura 1: Trabalho inicial do Projeto de Extensão nos acervos do IAB-RS.



Fonte: Priscila Rigoni, 2019.

Em 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, a equipe desenvolveu um trabalho de organização e seleção documental, que resultou na digitalização de mais de 4 mil documentos de valor histórico, em parceria com a empresa Arquivar. Ainda naquele ano, o IAB-RS, em parceria com o Projeto de Extensão e a empresa Pangea Cultural, fez a aquisição de mobiliário (Figura 2) por meio de edital com recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020). Dessa forma, foi possível organizar e armazenar os documentos do AHDR e os livros e periódicos da Biblioteca, posteriormente nomeada de Biblioteca Enilda Ribeiro.

Figura 2: Armazenamento dos acervos do IAB-RS em novo mobiliário.



Fonte: Camila Casarotto, 2021.

Em 2021, foi constituída a Direção do Centro de Memória e, em 18 de maio, o Centro de Memória do IAB-RS foi oficialmente criado, com a missão de “salvaguardar e comunicar os acervos bibliográfico, arquivístico e museológico do IAB-RS e contribuir para a valorização dos profissionais e da área de Arquitetura e Urbanismo, em seu caráter social e democrático”⁵. Por meio de representantes da sua Direção, o IAB-RS passou a participar de modo ativo na Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, anteriormente referida. A Rede discute e defende a preservação e difusão dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil,

⁵ ACERVOS IAB-RS. **Centro de Memória do IAB-RS**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervosiabrs/centrode-memoria-do-iab-rs/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

por meio da cooperação recíproca entre instituições custodiadoras⁶. O ano de 2021 também foi marcado pelas ações de higienização e recondicionamento dos acervos, de organização da Biblioteca em grandes temas (Planejamento Urbano, História da Arquitetura, Patrimônio Cultural etc.) e de elaboração do quadro de arranjo documental no Arquivo Histórico.

Em 2022, com o encerramento do Projeto de Extensão, a continuidade da gestão dos acervos se deu pela atuação da Direção do Centro de Memória do IAB-RS, junto à Comissão de Acervos do instituto. Além disso, a parceria entre o IAB-RS e a empresa Arquivar, por meio de edital de patrocínio do CAU/RS, deve possibilitar a digitalização de documentos e sua disponibilização em plataforma digital de amplo acesso (trabalho em andamento).

O IAB-RS tem uma atuação pautada pela valorização da arquitetura e do urbanismo em sua dimensão social e democrática, tendo participação relevante em discussões e decisões históricas para a democracia no Brasil, principalmente em relação às questões urbanas e ao papel de arquitetos, arquitetas e urbanistas nos processos democráticos. Os acervos do IAB-RS podem ser entendidos como documentos dessa trajetória de relevância histórica, política e profissional, já que perpassam as gestões de ex-presidentes e as relações que o instituto estabeleceu ao longo dos seus anos de atuação.

3. Trajetória e descrição do fundo documental Enilda Ribeiro

Entre os documentos do AHDR, está o fundo documental Enilda Ribeiro. Essa coleção se constitui de 36 caixas com documentos reunidos pela arquiteta Enilda Ribeiro e doados ao IAB-RS, instituto que presidiu na década de 1980 e com o qual manteve relação próxima durante grande parte da sua trajetória profissional.

A arquiteta e urbanista Enilda Ribeiro (1923-2010) teve atuação destacada no ensino e no exercício profissional da arquitetura e do urbanismo no Rio Grande do Sul, bem como na militância política, especialmente na sua relação com o Instituto de Arquitetos do Brasil, tanto na sua Direção Nacional quanto no Departamento do Rio Grande do Sul. De acordo com Nunes (2016), Enilda foi docente na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, atuou como urbanista na Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e realizou projetos relevantes no estado, como o do prédio do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em 1952, em parceria com o arquiteto Demétrio Ribeiro, e do Plano Diretor da cidade de Espumoso (RS), em 1958. Teve também atuação política de destaque, como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1964, no contexto da Ditadura Civil-Militar do Brasil, foi expurgada da UFRGS e exonerada da sua função na PMPA, momento que representa um marco na sua trajetória de vida.

⁶ IAB-SP. **Rede de acervos de arquitetura e urbanismo**. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Foi a primeira mulher a presidir o IAB-RS, na gestão entre 1980 e 1981 (Figura 3), e a obter diplomação no curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) do Rio Grande do Sul, em 1950, além de ser uma das primeiras mulheres arquitetas a obter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), em 1953. Esses fatos demonstram a sua representatividade e pioneirismo como mulher na profissão e em espaços de representação. Na gestão de Telmo Magadan na Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DN), entre 1983 e 1985, atuou como tesoureira e participou ativamente das contribuições das entidades de arquitetura e urbanismo para as discussões sobre política urbana da Assembleia Constituinte, que culminaria na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Figura 3: Enilda Ribeiro da Galeria de Presidentes do IAB-RS.



Fonte: Camila Casarotto, 2022.

No início do Projeto de Extensão, em 2019, o fundo documental Enilda Ribeiro estava armazenado em caixas de papelão (Figura 4), identificadas com numeração e anotações como “Documentos; Arq. Enilda”, “Jornais Boletins; Arq. Enilda” e “Enilda; Caixa de sapatos;

Faculdade de Arquitetura”. Em 2019, a arquivista Raquel Fonseca iniciou o tratamento arquivístico das caixas do Arquivo Privado Enilda Ribeiro, com uma análise inicial de 15 caixas-arquivo, que revelou a grande diversidade da documentação acumulada pela arquiteta e uma delimitação temporal ampla em cada caixa, o que demandaria uma abordagem específica para a sua organização. As caixas foram revisadas e identificadas com seus principais temas e marcos temporais. Em dezembro de 2019, foi iniciada a descrição arquivística do Arquivo Privado Enilda Ribeiro em planilhas do programa Excel, com os seguintes campos: fundo, caixa, tipo documental, autor, assunto, data tópica/cronológica, número de folhas e observações. Porém, esse trabalho de descrição do fundo documental Enilda Ribeiro foi interrompido em 2020.

Figura 4: Caixas do fundo documental Enilda Ribeiro, na estante superior.



Fonte: Jeniffer Cuty, 2020.

Em 2021, de acordo com as metodologias que orientaram o Projeto de Extensão, os documentos foram recondicionados pela equipe extensionista em caixas de plástico polionda (Figura 5), a fim de proporcionar melhor conservação preventiva com o uso de um material durável, neutro, atóxico e inerte. Mantiveram-se as anotações que identificavam as caixas anteriores, bem como a ordem dos documentos, com o objetivo de manter a integridade do fundo.

Figura 5: Documentos acondicionados em caixas de polionda e armazenados em novo mobiliário.



Fonte: Camila Casarotto, 2021.

De acordo com identificação preliminar, é possível notar que as caixas do fundo documental Enilda Ribeiro guardam, principalmente, documentos referentes a diversos momentos históricos de atuação do IAB nos períodos em que a arquiteta manteve relação com o instituto, tanto na sua Direção Nacional quanto no Departamento do Rio Grande do Sul. Encontram-se documentos sobre os seguintes temas, entre outros: a gestão do IAB-RS entre 1980 e 1981; a gestão do IAB-DN entre 1983 e 1985; a participação do IAB na Constituinte durante a década de 1980; a participação do IAB na discussão sobre a legislação profissional da arquitetura durante a década de 1980; a criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS em 1952; a participação da arquiteta e de outros representantes do IAB-RS e do IAB-DN em eventos e congressos; revistas, jornais e boletins; além de documentos administrativos, atas de reuniões e anotações pessoais da arquiteta. Percebe-se que o fundo documental é formado principalmente por documentos institucionais, produzidos no cotidiano do IAB-RS e do IAB-DN e em função da sua atuação na sociedade civil, durante os anos de atuação de Enilda Ribeiro no instituto — todos armazenados e doados pela arquiteta, provavelmente com o intuito de preservar a memória do instituto.

4. Patrimonialização e musealização nos processos de institucionalização do fundo documental Enilda Ribeiro

A partir da apresentação do trabalho de preservação dos acervos do IAB-RS e da descrição do fundo documental Enilda Ribeiro, é possível discutir os processos de institucionalização deste arquivo, na perspectiva da relação entre teoria e prática. O fundo documental Enilda Ribeiro representa uma relevante coleção de documentos, que foi

institucionalizada no processo de doação das caixas ao IAB-RS, por meio da adoção de diferentes abordagens disciplinares, que definiram o tratamento dado a esse acervo. Assim, é possível fazer uma discussão teórica sobre os conceitos de patrimonialização e musealização para pensar as práticas que foram e que podem ser adotadas na institucionalização do fundo documental.

Inicialmente, observamos que a trajetória de preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil se iniciou com regulamentações arquivísticas. Segundo Fernandes (2011), a preocupação com a recuperação de acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil culminou, em 2006, com a criação da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo, no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Dessa maneira, o campo da arquivologia assumiu protagonismo na preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil, especialmente considerando que esses acervos são formados majoritariamente — mas não apenas — por documentos em papel (plantas arquitetônicas, desenhos técnicos e documentos institucionais, por exemplo), próprios do ofício de arquivistas. No Projeto de Extensão que foi responsável por organizar sistematicamente os acervos do IAB-RS, a abordagem inicial também se utilizou de normas e metodologias da arquivologia. Portanto, percebe-se uma proeminência da abordagem arquivística no tratamento dos acervos dessa tipologia, tanto no cenário nacional quanto no âmbito do Arquivo Histórico do IAB-RS.

A partir da abordagem arquivística sobre os acervos de arquitetura e urbanismo, podemos pensar nas relações entre arquivologia e patrimônio, com base no conceito de patrimonialização de arquivos. Cougo Junior (2020) aborda a temática da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil em uma perspectiva histórica. O autor entende a patrimonialização como “o ato de atribuição de significados culturais a objetos utilitários convertidos em patrimônio cultural” (COUGO JUNIOR, 2020, p. 35). Então, apropria-se da figura dos “gestos”, proposta pelo sociólogo Jean Davallon, para analisar as operações específicas que compõem a patrimonialização de bens culturais. Para Davallon, os gestos de patrimonialização podem ser resumidos em cinco movimentos:

- a) o interesse que um grupo organizado e amplo demonstra por determinado objeto e seu “valor”; b) o estudo deste objeto, visando à produção de conhecimento sobre ele;
- c) a declaração oficial que institui a patrimonialidade (e que se dá sempre através de um ato performativo); d) a publicização do novo patrimônio através do amplo acesso a ele e;
- e) a transmissão do objeto patrimonial às futuras gerações, ato que instaura ‘a continuidade no tempo, ao criar uma relação com o futuro que é simétrica à relação com o passado’ (DAVALLON, 2014, p. 59⁷, apud COUGO JUNIOR, 2020, p. 36, tradução do autor).

⁷ DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. In: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; DEL MÁRMOL, Carmen (org.). **Construyendo el patrimonio cultural y natural**. Parques, museos y patrimonio rural. Valencia: Germania, 2014.

A patrimonialização, portanto, configura-se como um processo a partir da valoração, ou seja, a atribuição de valores simbólicos por um grupo social que alteram o estatuto original de elementos da natureza e da cultura. Dessa forma, identificam-se, na realidade, os bens, os lugares, as práticas, os saberes, as celebrações e outros domínios da vida social — portanto, materiais ou imateriais — que grupos reconhecem como relevantes para a sua preservação no tempo e transmissão a futuras gerações. Esses elementos da realidade são provocados por novos significados e novos usos, que modificam as suas relações com o meio social.

Os arquivos, como elementos da realidade social, testemunhos de atividades pessoais e institucionais, também podem passar pelo processo de patrimonialização. Quando um grupo atribui valores simbólicos aos arquivos, considerando necessário preservá-los, eles podem ser patrimonializados. No caso do arquivo de Enilda Ribeiro, podem ser atribuídos valores relacionados à sua relevância para a arquitetura nos âmbitos estadual e nacional. Trata-se de um conjunto documental de valor histórico para o IAB-RS e do IAB-DN, institutos que estão imbricados na história política brasileira e nas discussões sobre as questões urbanas no país. Ainda, é possível pensar no valor memorial do fundo documental em relação à trajetória de Enilda Ribeiro, especialmente sua atuação pela política profissional. Portanto, tais valores justificariam a patrimonialização do fundo documental Enilda Ribeiro, como suporte de memória da arquitetura e das trajetórias do IAB e da arquiteta. Na perspectiva da arquivologia e do tratamento arquivístico, a esse arquivo seria atribuído um valor permanente, que configura o acervo como um patrimônio arquivístico.

Entendemos, porém, que a patrimonialização é apenas um dos caminhos que a abordagem sobre os acervos pode tomar. Sob a perspectiva da valoração, é possível também aplicar o conceito de musealização para analisar a institucionalização de acervos de arquitetura e urbanismo, especialmente no caso do fundo documental Enilda Ribeiro.

A musealização se refere ao processo em que fragmentos do real, como documentos de uma realidade, são retirados do seu contexto original e inseridos em uma nova realidade no museu (institucionalizado ou não). Zbynek Zbyoslav Stránský introduziu o termo como o método da museologia científica, alinhado ao seu intuito de constituir um sistema teórico para a museologia, que a consolidasse como um campo científico (STRÁNSKÝ, 1965). O autor propôs a museologia como uma disciplina que não deveria se limitar à prática, mas que fosse constantemente reflexiva a partir de uma teoria, e que não entendesse o museu como seu objeto, mas apenas como um dos fenômenos da sua aplicação. Nesse sentido, passou a entender a museologia como o estudo da relação do homem com a realidade, e o museu não como um lugar, mas como um processo de interpretação da realidade, constantemente ressignificada pelos sujeitos. A musealização, então, seria o processo de transposição das evidências do real, tangíveis ou intangíveis, para uma nova realidade interpretada pelos sujeitos.

Enquanto operação cognitiva, a musealização consiste em três etapas, conforme modelo proposto por Stránský: (1) a seleção, identificação intencionalizada de objetos portadores de musealidade; (2) a tesaurização, inserção e articulação em uma nova realidade interpretada, dentro do sistema museológico; e (3) a apresentação, enunciação do discurso criado com os valores da musealidade (DOLÁK, 2017). A musealidade, por sua vez, é considerada como o objeto da museologia: o valor imaterial dos objetos, entendidos como documentos de uma realidade, que justificam a sua musealização. Para Stránský, é papel do museólogo identificar esses objetos portadores de musealidade e inseri-los em uma nova realidade no contexto museológico, momento em que se tornam museália e são articulados a outros objetos para construir discursos e narrativas no processo de comunicação.

Assim como acontece com o patrimônio cultural, os objetos de museus também são ressignificados a partir de um olhar intencionalizado do sujeito, que identifica neles determinados valores. São esses valores que justificam a sua seleção e preservação, tanto na patrimonialização quanto na musealização. Eles modificam o estatuto social desses elementos, passando de objetos comuns a bens que devem ser salvaguardados — por meio de gestos patrimoniais, no caso da patrimonialização, ou operações museológicas, no caso da musealização. As alterações de estatuto aproximam esses conceitos:

Os termos/conceitos Musealização e Patrimonialização são processos culturais que ao atribuírem valores simbólicos a elementos da natureza e da cultura alteram em contexto social suas qualificações originais, seus estados, pois os categorizam em um padrão diferenciado: transforma-os em Bens Musealizados e Bens Patrimonializados. Dessa maneira, o que poderia ser considerado como algo dotado de caráter comum passa a ostentar um valor especial, assume uma condição que o distingue e o classifica no extrato da singularidade. (LIMA, 2014, p. 4350)

A relação entre museologia e patrimônio, porém, é interpretada de diferentes maneiras por teóricos da museologia. Scheiner (2009) explica que Tomislav Šola e Klaus Schreiner criaram o termo *Heritology* (heritologia ou patrimoniologia), que seria um campo mais amplo do qual a museologia faria parte (ŠOLA, 2003⁸ apud SCHEINER, 2009, p. 53). Peter Van Mensch comenta que o termo proposto por Šola “aponta para um conceito mais amplo de Museologia, não mais centrado no museu (instituição), mas dirigido a uma atitude do homem com relação ao patrimônio integral” (VAN MENSCH, 1992⁹ apud SCHEINER, 2009, p. 54). Segundo Van Mensch, esse conceito foi criticado por Stránský por apresentar uma forte conotação passiva, enquanto a museologia assumiria uma postura ativa do sujeito na sua relação com a realidade, ao articular os objetos a outros elementos das coleções em uma nova realidade interpretada.

⁸ ŠOLA, Tomislav. **Eseji o muzejima i njihovoj teoriji: prema kibernetičkom muzeju**. Zagreb: Hrvatski nacionalni komitet ICOM, 2003. (Essays on museums and their theory: towards the cybermuseum. Zagreb: Comitê Nacional do ICOM, 2003).

⁹ VAN MENSCH, Peter. **Towards a methodology of Museology**. PhD thesis. Zagreb: University of Zagreb, 1992. Cap. 04: Object of Knowledge. Disponível em <http://www.muuseum.ee//erialane areng/museoloogiaalane ki/p van mensch towar/mensch04>. Em 15.07.2008.

Guarilha, Scheiner e Faulhaber (2012) entendem ser possível diferenciar patrimonialização e musealização à luz dos conceitos da semiótica de Peirce: representâmen ou signo (algo que representa alguma coisa para alguém) e interpretante (o signo que se forma na mente do sujeito, provocado por aquele primeiro signo). Segundo os autores, o patrimônio se realiza tanto no reconhecimento do objeto em sua materialidade, quanto nos significados elaborados na mente dos sujeitos (interpretante), enquanto a musealização se direciona para a identificação de valores do representâmen. Dessa forma, a musealização poderia ser considerada uma etapa do processo de patrimonialização, uma vez que “surge como uma necessidade para a gestão do patrimônio, sua documentação, preservação, pesquisa e comunicação” (GUARILHA; SCHEINER; FAULHABER, 2012, p. 113).

Portanto, há diferentes percepções sobre as relações entre musealização e patrimonialização. Nesse sentido, as experiências práticas em torno desses conceitos, como a institucionalização do fundo documental Enilda Ribeiro, podem representar oportunidades de aplicação desses conceitos de forma integrada entre diferentes disciplinas — especialmente museologia, arquivologia e patrimônio. A interdisciplinaridade é característica dessas áreas e proporciona um diálogo entre diversas perspectivas, que enriquecem as discussões teóricas e práticas, alicerçadas nos processos de valoração do patrimônio ou identificação da musealidade dos objetos, que aproximam a patrimonialização e a musealização.

É possível pensar, portanto, nas contribuições da museologia — e do conceito de musealização, central para esse campo do conhecimento — para as abordagens sobre os acervos de arquitetura e urbanismo, especialmente o fundo documental Enilda Ribeiro no arquivo histórico do IAB-RS. Embora a arquivologia tenha assumido protagonismo na gestão desses acervos, o que leva a uma tendência de patrimonialização, é possível propor uma abordagem interdisciplinar com o campo da museologia, bem como com seus profissionais e metodologias. Discussões sobre métodos e procedimentos a serem adotados tendem a gerar disputas e negociações, que devem ser realizadas à luz da interdisciplinaridade. Ressalta-se, ainda, a importância da integração com outros atores do campo do patrimônio, como os próprios arquitetos e arquitetas, conservadores e restauradores, que também podem contribuir para a gestão e preservação de acervos de arquitetura e urbanismo. Trata-se de um trabalho desafiador, que requer a integração entre diferentes saberes, a fim de atingir um objetivo comum: preservar a memória e o patrimônio da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

Referências:

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz. Coorientador: Ramón Albech i Fugueras. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7423>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CUTY, J.; BERTOTTO, M.; FERREIRA, F.; WEYH, O.; CASAROTTO, C.. A extensão universitária na preservação de acervos de arquitetura e urbanismo: a experiência de criação e organização do Centro de Memória do IAB-RS. In: **Anais do 39º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul**. Santa Maria, 2021.

DOLÁK, Jan. O museólogo Zbyněk Zbyslav Stránský – Conceitos básicos. In: BRULON, Bruno; BARAÇAL, Anaildo (org.). **Stránský: uma ponte Brno - Brasil**: Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris: ICOFOM, 2017. p. 178-187.

FERNANDES, Ana. Acervos de Arquitetura e de Urbanismo no Brasil: novas possibilidades de pesquisa e de ofício. In: **Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/000_M02-AcervosdeArquiteturaeUrbanismo-APR_Ana_Maria_Fernandes-2.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

GUARILHA, Hugo; SCHEINER, Tereza; FAULHABER, Priscila. Questões sobre museologia e patrimônio. In: **Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012**. Petrópolis, nov. 2012. p. 104-121.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: Freire, Isa M., et. al. (orgs.). **XV ENANCIB**, 2014. p. 4335-4355. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/189370>. Acesso em: 17 jul. 2022.

LIRA, J.; DELECAVE, J.; PRÓSPERO, V.; FIAMMENGHI, J. Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 29, p. 1-31, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/181058>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MARTINS, Camila Casarotto; WEYH, Osmar; CUTY, Jeniffer Alves; BERTOTTO, Márcia Regina. A gestão dos acervos do Centro de Memória do IAB-RS durante a pandemia de Covid-19. In: **Anais do XI Seminário Internacional de Memória e Patrimônio: Memória e Patrimônio em Tempos de Pandemia**. Pelotas, 2021. Disponível em: <https://eventos.congresso.me/xi-simp/edicoes/xisimp-1-edicao/anais>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PASSOS, Rafael (Coord.); ORTÁCIO, Sabrina (Org.). **IAB-RS 70 anos: 1948 - 2018**. Porto Alegre: IAB-RS, [2019?]. Disponível em: <http://www.iab-rs.org.br/upload/anexo/1427ad253f5d4c5c.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SCHEINER, Tereza. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (coords.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.43-60. (MAST Colloquia; 11). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.



STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. Predmet muzeologie [O objeto da Museologia]. In: _____.
Sborník materiálu prvního muzeologického symposia. Brno: Museu da Morávia, 1965. p.
30-33.